

Exmo. Senhor

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento  
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Rua Alexandre Herculano, 37  
1250-009 LISBOA

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

54985/2018/DCNF-LVT/DPAP

08-11-2018

**ASSUNTO** REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) DE FERREIRA DO ZÊZERE – VERSÃO  
FINAL  
APRECIÇÃO DA PROPOSTA PELO ICNF

Para efeito de parecer do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF) aos documentos relativos à proposta de plano da revisão do PDM de Ferreira do Zêzere – Versão final, e em resposta ao solicitado pela CCDRLVT através do ofício, vimos por este meio remeter o parecer deste Instituto no âmbito das suas competências, enquanto autoridade nacional para a conservação da natureza e biodiversidade e de autoridade florestal nacional nos termos do Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho.

As matérias em apreço foram analisadas a partir da informação cedida através de ligação eletrónica pela CCDRLVT, em formato PDF e *shapefile*, e pelo *link* cedido pela Câmara Municipal ([http://ferreiradozezere.pt/cm/z/REVISAO\\_PDM\\_FZZ\\_PROC\\_FINAL.zip](http://ferreiradozezere.pt/cm/z/REVISAO_PDM_FZZ_PROC_FINAL.zip)).

**1. PROPOSTA DE PLANO**

Em termos gerais, considera-se que a estrutura e conceção da proposta de PDM, tanto ao nível da cartografia como do regulamento, apresenta algumas questões formais por resolver em matérias da competência do ICNF – Conservação da Natureza e das Florestas que passamos a referir:

**1.1 RELATÓRIO DO PLANO**

No relatório do plano, na página 87 (quadro 13) e na página 90 nos Riscos Mistos é referido um período vigência do PMDFCI de 2013 a 2017, quando esse período de vigência no sítio da Internet do ICNF é reportado a 18/02/2020. Importa pois clarificar se a cartografia do PMDFCI utilizada na proposta do PDM é a mais atual e em vigor.

**1.2 Compatibilidade da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere com o Plano Setorial da Rede Natura 2000, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho.**



Nos relatórios dos estudos de caracterização é efetuado o devido enquadramento do SIC PTCON0045 – Sicó/Alvaiázere, nomeadamente quanto aos objetivos específicos que visam prosseguir com as orientações que lhe estão associadas. Considera-se que a proposta do PDM é compatível com a salvaguarda dos valores naturais intrínsecos do SIC.

### **1.3 Compatibilidade da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (PROF Ribatejo), publicado pelo Dec. Regulamentar n.º 16/2006, de 19 de outubro**

Nos relatórios dos estudos de caracterização é efetuado o devido enquadramento no PROF do Ribatejo, onde o concelho se insere, nomeadamente quanto aos objetivos específicos que visam prosseguir com as funções que lhe estão associadas e as espécies indicadas como a privilegiar, assim como os modelos de silvicultura a adotar para cada uma das Sub-Regiões Homogéneas.

Deve constar a indicação de que as explorações privadas de área mínima inferior à obrigatória a submeter a PGF (desde que não integradas em ZIF), ficam sujeitas ao cumprimento de normas de intervenção e aplicação dos modelos de silvicultura adequados à Sub-região homogénea onde se inserem, designadamente no tocante às normas de silvicultura preventiva e às normas genéricas de intervenção no espaço florestal.

Da análise efetuada à proposta do PDM e quanto ao PMDFCI em vigor, verifica-se a existência de delimitação de diferentes tipologias de espaço com capacidade edificatória com sobreposição com áreas cartografadas com perigosidade alta e muito alta, e percorridas por incêndios nos últimos 10 anos, havendo desta forma desconformidade com o disposto no artigo 45.º do PROF Ribatejo (DR n.º 16/2006, de 19 de outubro):

#### **Artigo 45.o**

##### *Edificação em zonas de elevado risco de incêndio*

*1—A cartografia de risco de incêndio produzida no âmbito dos planos de defesa da floresta municipais deve constituir um dos critérios subjacentes à classificação e qualificação do solo e determinar indicadores de edificabilidade definidos pelos instrumentos de gestão territorial vinculativos para os particulares.*

*2—A reclassificação dos espaços florestais em solo urbano deve ser fortemente condicionada ou mesmo proibida quando se tratem de espaços florestais classificados nos PMDFCI como tendo um risco de incêndio elevado ou muito elevado, respectivamente.*

*3—A construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria é interdita nos terrenos classificados nos PMDFCI, com risco de incêndio elevado ou muito elevado, sem prejuízo das infra-estruturas definidas nas redes regionais de defesa da floresta contra incêndios.*

*4—As novas edificações no solo rural têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de protecção nunca inferior a 50 m e a adopção de medidas especiais relativas à resistência do edifício, à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respectivos acessos.*



#### **1.4 Compatibilidade da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere com as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta, preconizadas no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto**

No relatório do plano não é efetuado o enquadramento total do respetivo PMDFCI, o qual deverá ser efetuado neste Plano, quer em termos de cartografia de risco de incêndio, nomeadamente a carta de perigosidade de incêndio, que deverá servir de base para a regulamentação dos espaços onde é proibida a edificação; quer em termos de medidas a adotar no âmbito do PMDFCI na prevenção contra incêndios, nomeadamente, implementação da rede de faixas de gestão de combustível, mosaicos de parcelas de gestão de combustível e estabelecimento da rede viária florestal.

A proposta do PDM apresenta na delimitação das diferentes tipologias de espaço com capacidade edificatória, um conjunto de polígonos sobrepostos com áreas onde é interdita a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria, em áreas classificadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) com perigosidade de incêndio elevada ou muito elevada, contrariando o disposto no n.º 1 e 2 do artigo 16.º da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto.

#### **1.5 Compatibilidade da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere com o Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na sua redação atual pelo Decreto-Lei 55/2007, de 12 de março, que regula a ocupação do solo objeto de um incêndio florestal (Povoamentos Florestais percorridos por incêndio nos últimos 10 anos).**

Da análise efetuada à cartografia verifica-se na delimitação das diferentes tipologias de espaço com capacidade edificatória, um conjunto de polígonos sobrepostos com áreas onde é interdita a construção de edificações, nos terrenos florestais percorridos por incêndio nos últimos 10 anos.

As áreas ardidadas constantes na planta de Condicionantes – Povoamentos Florestais percorridos por incêndios, correspondem às áreas que se encontram na base de dados oficial. Contudo, alerta-se que estas se referem à totalidade das áreas ardidadas e não apenas aos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios que constituem restrição, aspeto que deve ser aferido.

Salienta-se que esta condicionante tem um carácter dinâmico o que implica uma atualização permanente desta servidão, pelo que se sugere que seja criada uma planta complementar a disponibilizar no *site* do município, atualizada anualmente. Este aspeto deve ser vertido tanto no relatório como no regulamento do plano.

#### **1.6 Proteção do sobreiro e da azinheira, Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de Maio, alterada pelo, Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho.**

Embora a condicionante seja válida independentemente da existência de representação na planta de condicionantes do plano diretor municipal, uma vez que existe prevalência das disposições da legislação de proteção do sobreiro e azinheira sobre os regulamentos ou quaisquer normas constantes de instrumentos de gestão territorial, conforme estabelece o artigo 7.º do Decreto-Lei nº 169/2001, de 25 de maio, na atual redação, constata-se que os povoamentos de sobreiro e azinheira não constam da planta de condicionantes.





### **1.7 Arvoredo Classificado, Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro, aprova o regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público, regulamentada pela Portaria N.º 124/2014, de 24 de junho.**

No município de Ferreira do Zêzere está classificado como “árvore de interesse público” a espécie *Fraxinus angustifolia* Vahl – DG n.º 127, 2.ª série, de 02.06.1944, árvore vulgarmente conhecida por Freixo.

De acordo com o número 8 do artigo 3.º da Lei n.º 53/2012 as árvores em causa beneficiam automaticamente de uma zona geral de proteção de 50 m de raio a contar da sua base. Os exemplares são identificados na Planta de Condicionantes assim como o respetivo *buffer* de 50 metros.

## **2. CARTOGRAFIA**

Relativamente à cartografia que constitui o plano, verifica-se:

### **Planta de Ordenamento**

À semelhança de outros afloramentos quartzíticos classificados na planta de ordenamento como Espaços Naturais e Paisagísticos na subcategoria Áreas de Conservação e Valorização, considera-se que o afloramento quartzítico denominado de “Rocha do Poio”, localizado na ribeira da Cabrieira, deve ter o mesmo tipo de classificação.

Verifica-se que na área da Rede Natura 2000 existem descontinuidades de espaços florestais com valor de conservação, em virtude de estes estarem identificados na COS2010 como Florestas de Pinheiro-bravo com folhosas. Efetivamente, correspondem a manchas de carvalhal/azinhal com pinheiro-bravo, onde o maior porte em altura do pinheiro-bravo se sobrepõe ao carvalhal/azinhal, originando essa classificação na COS2010. Consideramos, por isso, que na área da Rede Natura 2000 as Florestas de Pinheiro-bravo com folhosas identificadas na COS2010 devem na proposta de ordenamento corresponder a Espaços Florestais de Conservação.

A perigosidade de incêndio encontra-se cartografada na Planta de Ordenamento - Carta de Riscos Mistos (P1.4.1.). De forma a dar cumprimento ao estipulado no n.º1 do artigo 16.º da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, a cartografia das áreas com perigosidade de incêndio rural definida em PMDFCI, obrigatoriamente tem de ser integrada na Planta de Condicionantes, discriminadas por classe de perigosidade.

Para além das faixas de gestão de combustível identificadas, deverá estar devidamente cartografada a rede primária, contudo, ambas devem constar na cartografia de condicionantes.

A EEM representada encontra-se sobreposta entre a fundamental e complementar não existindo esta diferenciação na sua aplicação ao regulamento.

### **Planta de Condicionantes**

Decorrente do estipulado no n.º 5 do artigo 10.º da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, onde é referido que “A cartografia da rede de defesa da floresta contra incêndios constituída pela rede primária de faixas de gestão de combustível, rede viária florestal fundamental, rede de pontos de água e rede nacional de postos



de vigia (RNPV), assim como a carta de perigosidade de incêndio florestal, constantes dos PMDFCI, devem ser incorporadas e regulamentada nos respetivos planos municipais de ordenamento do território”, sugere-se que toda a informação de DFCI, seja contemplada na Planta de Condicionantes.

### 3. COMPATIBILIZAÇÃO DA PROPOSTA DE EXCLUSÃO DE ÁREAS EM REN E RAN COM MATÉRIA DA COMPETÊNCIA DO ICNF

Considera este serviço relativamente a esta matéria é de que proposta do PDM na delimitação das diferentes tipologias de espaço com capacidade edificatória, deve estar de acordo com o disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado na Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto, assim como, com o Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na sua redação atual, que regula a ocupação do solo objeto de um incêndio florestal (povoamentos florestais percorridos por incêndio nos últimos 10 anos).

Verifica-se ainda que a delimitação da RAN na área da Rede Natura 2000 apresenta áreas significativas sobrepostas com áreas cuja ocupação é florestal e/ou coincidem com áreas com substrato rochoso, desfasamentos que são consubstanciados pela informação da COS2010 que suporta a cartografia de base do PDM. Pelo disposto nas normas da proposta do regulamento para os espaços agrícolas estas áreas que não têm efetivamente aptidão para o uso agrícola, ficam condicionadas para efeitos de uso florestal, o que constitui um conflito na proposta de ordenamento.

### 4. REGULAMENTO

#### Artigo 6.º e 7.º

No Título II - SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA, a proposta do regulamento não faz referência às servidões e restrições de utilidade pública objeto de representação cartográfica no plano.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio, é referido para o conteúdo documental do PDM que “A planta de condicionantes que identifica as servidões administrativas e as restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.”. Para que se estabeleça a correta relação entre o regulamento e a planta de condicionantes é nosso entendimento que este deveria fazer referência às situações que possuem representação cartográfica.

Atendendo a que as áreas florestais percorridas por incêndio nos últimos dez anos indicadas na Planta de Condicionantes são dinâmicas, é nosso entendimento que no regulamento seja referido que estas são anualmente atualizadas pelo Município durante a vigência do plano.

Ainda no artigo 6.º refere-se que no n.º 1, alínea b), iv) a redação deve ser alterada para “Povoamentos florestais percorridos por incêndios;”

Ainda em relação aos Recursos Agrícolas e Florestais, no que concerne aos sobreiros e azinheira, sugere-se que seja feita menção a que esta restrição se aplica a toda a classificação de solo (artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterada pelo, Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho).

#### Artigo 10º





Na proposta de regulamento refere-se que *“O regime de ocupação das áreas integradas na estrutura ecológica municipal observa o previsto para a respetiva categoria ou subcategoria de espaço, sem prejuízo dos regimes legais específicos aplicáveis às referidas áreas”*. A Estrutura Ecológica Municipal [EEM] proposta intercepta praticamente todas as categorias e subcategorias de espaço carecendo as normas específicas destes, de um modo geral, de objetividade e abrangência, quanto aos usos e atividade que podem colidir com a função da EEM, designadamente, no que se refere à garantia da continuidade e de conectividade ecológica.

Verifica-se que o regime das diferentes categorias e subcategorias de espaço são orientados para intervenções urbanísticas, o que nos remete para conceitos de edificação (construção que se incorpore no solo com caráter de permanência), não abrangendo outro tipo de construções, como a construção ligeira e amovível, como são exemplo as estufas; ou infraestruturas lineares, como são exemplo as vedações e a abertura de caminhos, que têm igualmente impactes na conectividade ecológica, pelo efeito de barreira e fracionamento de habitats.

Em consonância com a fundamentação acima referida considera-se que o regime da EEM deve possuir normas que interditem/condicionem a construção de estruturas com efeito barreira. Ou seja as ações e atividades na EEM devem estar condicionadas à necessidade de existência de conectividade ecológica para que se minimize o efeito de barreira.

Considera-se, por isso, que a remissão do regime da EEM para as normas da respetiva categoria ou subcategoria de espaço inserida na EEM compromete o seu caráter transversal de categoria não autónoma, e, desse modo, é posta em causa a sua função de contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rústicos e urbanos, conforme o disposto no artigo 13.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

#### Subsecção II e Artigo 13º

O Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de outubro, na sua redação atual pelo Decreto-Lei 55/2007, de 12 de março, que regula a ocupação do solo objeto de um incêndio florestal aplica-se aos Povoamentos Florestais percorridos por incêndio nos últimos 10 anos. A denominação de “áreas florestais percorridas por incêndios” para designar as áreas percorridas por incêndios suscita confusão com a restrição/servidão, que, como acima se disse, aplica-se aos povoamentos florestais. Nesse sentido sugere-se que a designação de “áreas florestais percorridas por incêndios” seja substituída por “áreas percorridas por incêndios rurais”, uma vez que as áreas ardidas não abrangem só espaços florestais.

#### Artigo 14.º

Neste artigo não é reportada o regime para a Perigosidade de Incêndios Florestais, designadamente o disposto nos artigos 15.º e 16.º da Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto;

No n.º 4 deve ser atualizado o diploma referido para Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, alterado e republicado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto.

Para além da identificação dos riscos e de forma a dar cumprimento ao estabelecido no artigo 13º do Decreto – Lei n.º 80/2015, deverão ser estabelecidas regras e medidas para a prevenção e minimização destes em função da graduação dos níveis de perigosidade.





#### Artigo 17.º, Alínea f)

Sugere-se a clarificação da norma: “A alteração do relevo ou do coberto vegetal nas áreas de proteção e valorização ambiental” de modo que esta não proíba a substituição de coberto vegetal não indígena por coberto vegetal indígena.

#### Artigo 23.º

Sendo o município de Ferreira do Zêzere abrangido por significativa área cársica, cujas intervenções ao nível do subsolo podem por a descoberto cavidades (grutas e algares), propõe-se a introdução de uma norma neste artigo que salvguarde a comunicação deste tipo de formações à tutela para averiguação do seu valor patrimonial.

### **5. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA**

Nada a opor quanto ao conteúdo do Relatório Ambiental.

Não foi apresentado o resumo Não Técnico sobre o mesmo.

### **6. CONCLUSÃO**

Face ao exposto, o ICNF emite parecer:

- Favorável condicionado à proposta do PDM de Ferreira do Zêzere, considerando que as desconformidades da proposta apresentada, em razão de matéria da competência deste Instituto, são resolúveis em processo de concertação.
- Favorável condicionado à Proposta de Exclusão de Áreas em REN e RAN, considerando que as situações incompatíveis identificadas possuem um expressão pouco significativa, sendo resolúveis.
- Favorável condicionado ao Relatório Ambiental e RNT, por quanto o mesmo faz uma avaliação correta quanto às matérias relativas à floresta e conservação da natureza.

Com os melhores cumprimentos,

plh

A Diretora do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo

Maria de Jesus Fernandes

**ANA LÍDIA FREIRE**  
Chefe de Divisão

(nos termos do Despacho nº 5951/2018, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 115, de 18 de junho de 2018)

